



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS
CONSELHO CIENTÍFICO

1 Ata da 4ª Reunião Ordinária do Conselho Científico do Instituto de Pesquisas
2 Ambientais, realizada em 05 de novembro de 2021.

3
4 Realizou-se no dia 05 de novembro de 2021, às 9h00, por meio virtual, através de
5 videoconferência, a 4ª Reunião Ordinária do Conselho Científico do Instituto de Pesquisas
6 Ambientais, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente. Compareceram os(as)
7 conselheiros(as) **Marco Aurélio Nalon, Alexsander Zamorano Antunes, Catarina**
8 **Carvalho Nievola, Célia Regina de Gouveia Souza, Eduardo Luiz Longui, Giselda**
9 **Durigan, Luiz Mauro Babosa, Sandra Monteiro Borges Florsheim, Silvana Cristina**
10 **Pereira Muniz de Souza e Vivian Tamaki.** Justificaram a ausência o conselheiro **Emerson**
11 **Alves da Silva** e a conselheira **Silvia Ribeiro de Souza**. A reunião ainda contou com a
12 presença do Coordenador do IPA, **Marcelo Gomes Sodré**, como convidado. **Constavam da**
13 **pauta: 1.** Aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Científico, ocorrida no dia
14 08/10; **2.** Informes da Presidência e da Plenária; **3.** Apreciação e votação da **Deliberação**
15 **CC/IPA 001/21**, que aprova os projetos de pesquisas encaminhados ao Centro de Gestão
16 de Pesquisas; **4.** Relato sobre as reuniões nos 4 Núcleos do Centro de Pesquisa, visando a
17 elaboração de subsídios ao Plano Institucional de Produção Técnico Científica; **5.** Discussão
18 sobre a abrangência do Plano Institucional de Produção Científica, com a participação do
19 Coordenador Marcelo Sodré e **6.** Outros Assuntos. Constatado o quórum necessário para a
20 realização da reunião, o Presidente **Marco Nalon** abriu os trabalhos, saudando todas as
21 conselheiras e todos os conselheiros e passou imediatamente ao primeiro item da pauta,
22 que tratava da **Aprovação da ata da 3ª Reunião Ordinária do Conselho Científico**,
23 ocorrida no dia 08/10/2021. A secretária **Sandra Jules** solicitou a palavra para informar
24 que, atendendo à solicitação da conselheira **Célia**, havia sido acrescentada à versão
25 previamente encaminhada às(aos) conselheiras(os) a justificativa de ausência do
26 conselheiro **Luiz Mauro** e da conselheira **Célia**. Feito o esclarecimento, o Presidente **Nalon**
27 solicitou a dispensa da leitura, com a qual todos concordaram. Dessa forma, a ata da 3ª
28 Reunião Ordinária do Conselho Científico, realizada em 08 de outubro último, foi aprovada.
29 No item 2 da pauta, que tratou dos **Informes**, o Presidente **Nalon** informou aos presentes
30 que estava apenas aguardando a aprovação da ata da 3ª reunião ordinária para encaminhar
31 a minuta de Regimento Interno ao Coordenador do IPA, solicitando o envio para a
32 Consultoria Jurídica da SIMA, conforme sugerido pelo conselheiro **Emerson**, para
33 verificação de possíveis inconsistências ou termos jurídicos equivocados. Passando a
34 palavra aos(as) Conselheiros(as), a conselheira **Célia** perguntou à plenária de quem seria a
35 responsabilidade por convocar o suplente, quando da ausência do conselheiro titular. Após
36 uma breve troca de opiniões, todos entenderam que a responsabilidade é do titular da
37 cadeira, ficando estabelecido, portanto, o procedimento de que o(a) titular,
38 independentemente da comunicação prévia a este Conselho sobre sua ausência, ficará
39 responsável por entrar em contato com seu(sua) suplente, para que o(a) mesmo(a) também
40 tenha tempo de se organizar para a reunião ou ainda, justificar sua ausência. Ainda nesse
41 contexto, o conselheiro **Luiz Mauro** sugeriu que haja uma “correção” futura nas indicações,
42 pois existem suplentes de uma determinada cadeira que são titulares em outras vagas.
43 Encerrados os informes, passou-se à apreciação e votação da **Deliberação CC/IPA 001/21**,
44 que aprova os Projetos de Pesquisas encaminhados ao Centro de Gestão de Pesquisas, com
45 relatoria feita pela conselheira **Silvana**. A conselheira **Catarina** indagou sobre a coluna
46 intitulada IPA. Diante do esclarecimento da conselheira **Silvana**, de que se tratava da origem



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS
CONSELHO CIENTÍFICO

47 dos projetos – institucionais ou externos, sugeriu a inclusão de um cabeçalho ou nota de
 48 rodapé. O **Presidente** perguntou se a fonte dos recursos destinados ao único projeto
 49 institucional da relação era proveniente da Câmara de Compensação Ambiental. A
 50 conselheira **Silvana** esclareceu que ainda não há recursos destinados a tal projeto; que a
 51 proponente estava apenas aguardando a aprovação deste Conselho para enviar o Plano de
 52 Trabalho àquela Câmara. A conselheira **Célia** perguntou se o trâmite para aprovação de
 53 projetos com recursos externos seria o mesmo daquele com recursos internos,
 54 acrescentando ainda se nos casos em que o pesquisador apenas participa de um projeto
 55 externo, se nesse caso não caberia apenas uma informação. A conselheira **Silvana**
 56 respondeu que, no seu entendimento, todos os Pesquisadores Científicos do IPA, atuando
 57 como coordenadores ou como participantes em determinado projeto, têm que submeter
 58 todos os projetos à aprovação do Conselho Científico, possibilitando o acompanhamento e
 59 dando maior transparência ao projeto. A conselheira **Giselda** lembrou que em outro
 60 momento já haviam discutido sobre um tratamento diferente para os projetos com recursos
 61 externos e aqueles que utilizam recursos públicos (do orçamento e da Câmara de
 62 Compensação), os quais deveriam ter um tratamento mais rigoroso por parte do Conselho.
 63 A conselheira **Célia**, então, perguntou sobre o momento que o projeto tem que ser
 64 submetido ao Centro de Gestão de Pesquisas, se antes ou depois da aprovação na FAPESP,
 65 pois ela identificava diferentes situações, para as quais julgava serem necessários diferentes
 66 procedimentos. A conselheira **Silvana** disse que o momento para submissão ao Conselho
 67 Científico ainda depende de mais discussão, mas que todos os projetos de um pesquisador
 68 devem ser monitorados, independente se o recurso é do IPA, considerando que o
 69 pesquisador só conseguiu determinado recurso por se tratar de pesquisador do IPA. O
 70 **Presidente** concordou que todos os projetos que estão em andamento, sejam eles externos,
 71 internos ou híbridos, serão cadastrados no sistema de gestão de pesquisas; que os externos,
 72 realizados nas Unidades de Conservação, e os internos passam pelo Conselho Científico.
 73 Para os projetos híbridos, a seu ver, o pesquisador submeteria o projeto ao órgão de
 74 financiamento externo e, uma vez aprovado, o projeto seria cadastrado no sistema de gestão
 75 de pesquisas, passando, a seguir, por um *checklist*, um protocolo, dentro do Centro de Gestão
 76 de Pesquisas, para a verificação da documentação e licenças necessárias, sendo depois
 77 objeto de relatoria para apreciação deste Conselho. Mas ressaltou que esse trâmite ainda
 78 pode ser objeto de discussão. Em conversa com o Coordenador, ele identificou 3 tipos de
 79 projetos: o totalmente externo, com coordenação e recurso externo; o institucional, “IPA
 80 puro” e o híbrido, naquele em que o pesquisador científico é participante de um projeto
 81 coordenado externamente. Ainda nessa linha, enfatizou que se o projeto for coordenado por
 82 um pesquisador do IPA, mesmo que com participação de outros pesquisadores, ele será
 83 tratado como um projeto institucional. O conselheiro **Eduardo Longui** questionou se os
 84 projetos que não são realizados nas Unidades do SIEFLOR, mas que necessitam de diárias,
 85 precisariam ser registrados no sistema do IPA, com resposta afirmativa da conselheira
 86 **Silvana**, ressaltando que o monitoramento será efetuado por pesquisador pelo NAPIN
 87 (Núcleo de Pesquisas Institucionais). O conselheiro **Luiz Mauro** disse compartilhar das
 88 preocupações da conselheira **Célia**, questionando as competências deste Conselho, do
 89 Departamento Técnico-Científico (DTC) e de seus Núcleos. Complementou dizendo que a
 90 transparência dos processos estaria garantida com o trâmite passando apenas pelo Diretor
 91 do Departamento, o qual submeteria ao Conselho apenas o que fosse pertinente.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS
CONSELHO CIENTÍFICO

92 Argumentou dizendo que o Conselho vai tomar o lugar do DTC, que a figura do Diretor de
 93 Departamento ficará comprometida, que haverá uma sobrecarga para o Conselho, com a
 94 necessidade de mais reuniões, o que poderá atrapalhar o andamento de projetos que já
 95 estão em execução, com recursos externos e que não comprometem o orçamento. Na sua
 96 opinião, só deveriam ser levados ao Conselho os projetos que o Diretor está com dúvida
 97 sobre como dar andamento; que o cadastramento dos projetos no sistema já traz
 98 transparência e concluiu sugerindo ampliar a discussão. A conselheira **Silvana** esclareceu
 99 que isso já foi discutido e que o eventual excesso de trabalho do Conselho está resolvido
 100 pelas relatorias e que havendo dúvidas sobre um determinado projeto, o mesmo pode ser
 101 revisto. A conselheira **Célia** defendeu a criação de um protocolo com todo o roteiro de
 102 aprovação de um projeto, o qual deverá ser informado a todos do IPA, para não criar
 103 expectativas ou transtornos. A conselheira **Giselda** reforçou que o procedimento de
 104 relatoria apresentado já fora discutido e que foi assim decidido para simplificar uma
 105 responsabilidade que, infelizmente, o decreto estabeleceu para o Conselho. Enfatizou que
 106 esse assunto poderia ser de competência exclusiva do Centro de Gestão de Pesquisas, sem
 107 necessidade de ser submetido ao Conselho. Todavia, ela gostaria de ter a oportunidade de
 108 contribuir para otimizar os procedimentos dos Centros de Gestão, de Difusão do
 109 Conhecimento, por exemplo, competência esta não atribuída para o Conselho pelo decreto.
 110 Manifestou, ainda, sua preocupação com a ordem de submissão de projetos – se primeiro
 111 ao Centro de Gestão de Pesquisas ou à FAPESP, e com os prazos da tramitação. Ela relatou
 112 que está com um projeto prestes a ser aprovado pela FAPESP, que as licenças para coleta já
 113 foram exigidas pela Unidades de Conservação e que não pode aguardar seis meses para o
 114 projeto ser aprovado internamente para executar um cronograma que já está em curso. A
 115 conselheira **Silvana** respondeu aos questionamentos dizendo que o projeto já deveria ter
 116 sido cadastrado há mais tempo, mesmo se considerados os procedimentos da antiga COTEC,
 117 por estar sendo desenvolvido em área do SIEFLOR. A conselheira **Giselda** esclareceu que as
 118 coletas já estão sendo feitas, pois os projetos de doutorado dos alunos foram registrados
 119 individualmente. Ressaltou que é preciso que a aprovação interna seja ágil, pois depois que
 120 o projeto está cientificamente aprovado pelo órgão financiador, não pode aguardar seis
 121 meses por uma tramitação interna. A conselheira **Silvana** rebateu a afirmação, lembrando
 122 que o trâmite, definido pelos conselheiros e que está no regimento, demora no máximo 90
 123 dias. A conselheira **Célia** ponderou que geralmente os projetos submetidos aos Nape são
 124 projetos de pós-graduação, com projeto já vinculado, cujas pesquisas já estão em
 125 andamento, os alunos já estão com bolsa, o que difere da situação dos pesquisadores do IPA,
 126 que antes de submeter o projeto à FAPESP tem que cadastrá-lo no NAPIN para poder
 127 desenvolver a pesquisa ou não e que, considerando ainda que os pesquisadores da
 128 instituição que desenvolvem pesquisas dentro de uma unidade de conservação conhecem
 129 os procedimentos, então, espera que os projetos institucionais não sejam retardados na
 130 submissão quando comparados com projetos de fora da instituição. Concluiu reforçando a
 131 importância do estabelecimento dos protocolos e do papel dos conselheiros no apoio aos
 132 Centros no desenvolvimento de critérios. A conselheira **Silvana** sugeriu a criação de
 133 procedimentos diferentes para projetos de pesquisa que são desenvolvidos em áreas do
 134 SIEFLOR e para aqueles que são desenvolvidos em outras áreas, sendo que para os
 135 primeiros, os projetos poderiam ser submetidos internamente no mesmo momento da
 136 submissão junto à FAPESP ou CNPq, para não ter que se aguardar um prazo maior



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS
CONSELHO CIENTÍFICO

posteriormente para aprovação interna. O **Presidente** constatou que diante de todas as particularidades dos diferentes tipos de projetos mencionados na discussão, ainda há assunto para futuras pautas do Conselho. Mas afirmou que, independentemente da apreciação pelo Conselho Científico, todo projeto deverá ser cadastrado no sistema de gestão de pesquisas. A questão ainda a ser discutida é em qual momento um projeto de financiamento externo encaminhado por um pesquisador do IPA é submetido ao Conselho e, até mesmo, se ele deve ser submetido ao colegiado, não devendo este atrasar o andamento do projeto. Utilizando como exemplo o projeto citado pela Giselda, do qual ele mesmo participa, supondo que o projeto tivesse sido aprovado pela FAPESP naquele dia e que os recursos fossem liberados no dia posterior, a partir do momento do cadastro no sistema de gestão, a análise do projeto pelo NAPIN deveria ser feita de modo que, obtidas a anuência dos gestores de unidades de conservação e as licenças necessárias junto ao SISBIO, SISGEN, etc., o projeto fosse apreciado na reunião do Conselho no mês subsequente, caso se decida por esse procedimento, mas garantindo que isso não impeça que se possa iniciar o projeto assim que ocorrer o desembolso dos recursos. Propôs, como encaminhamento, que o Centro de Gestão de Pesquisas considere todas as questões discutidas na presente reunião na elaboração de um protocolo ou um roteiro mínimo a ser apreciado em reunião próxima. A conselheira **Catarina** manifestou satisfação com a discussão feita sobre o fluxo dos projetos, solicitando que seja incluída em pauta futura deste Conselho uma discussão sobre a padronização da terminologia utilizada para designar o vínculo dos estagiários aos projetos de pesquisa. A conselheira **Silvana** esclareceu que os estagiários entram como membros das equipes de pesquisa. A conselheira **Catarina** esclareceu que sua preocupação está relacionada com a necessidade de nova apreciação do projeto a cada vinculação de novo estagiário em projeto já aprovado, considerando a rotatividade dos estagiários. A conselheira **Silvana** explicou que, uma vez aprovado no Conselho, será possível o cadastramento no sistema de gestão de novos membros das equipes que compõem o projeto de forma dinâmica, na forma de adendos. Ainda com a palavra, a conselheira **Silvana** questionou se a aprovação de procedimentos para a aprovação de projetos também seria atribuição do Conselho Científico. Após análise da minuta do Regimento Interno, concluiu-se que está entre as atribuições do Conselho Científico *“estabelecer critérios e meios para orientar a implementação da política científica do Instituto de Pesquisas Ambientais”*, conforme estabelece o inciso I do art. 43 do Dec. Est. 65796/2021 transcrito na minuta. Buscando auxiliar a elaboração dos procedimentos pelo Centro de Gestão de Pesquisas, a conselheira **Célia** listou a existência dos seguintes tipos de projetos institucionais por ela identificados: 1) *Projetos com recursos do IPA*; 2) *Projetos com recursos da Câmara de Compensação Ambiental*; 3) *Projetos com recursos externos e coordenação IPA*; 4) *Projetos com recursos externos e coordenação externa/participação IPA*; 5) *Projetos com recursos externos + IPA (diárias, transporte, laboratórios, etc.) e coordenação IPA*; 6) *Projetos com recursos externos + IPA (diárias, transporte, laboratórios etc.) e coordenação externa/participação IPA*; 7) *Projetos de pós-graduação e orientador IPA*; 8) *Projetos de pós-graduação e orientador externo/participação IPA*; 9) *Projetos de Iniciação Científica (PIBIC, Fapesp, TCCs, outros), bolsas de Treinamento Técnico (no caso de projetos FAPESP), e de estagiários, com orientação IPA*. Questionou ainda se para bolsas de treinamento técnico há a necessidade de submeter o projeto ao Conselho. O **Presidente** explicou aos presentes que muitas das questões colocadas serão esclarecidas com a implantação do Sistema de Gestão



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS
CONSELHO CIENTÍFICO

de Pesquisas, o qual será apresentado com maior detalhamento em outra oportunidade. Findadas as manifestações, submeteu-se à aprovação da plenária a **Deliberação CC/IPA nº 001/21**, a qual foi aprovada por unanimidade. O **Presidente**, então, saudou o ingresso do **Coordenador Marcelo Sodré** na reunião e passou ao próximo ponto da pauta, no qual a conselheira **Sandra Florsheim** fez um relato sobre as reuniões nos quatro núcleos do Centro de Pesquisa. A conselheira **Sandra** relatou que nas reuniões foram discutidos assuntos diversos, incluindo a integração dos pesquisadores e trocas de informações. Informou ainda que os núcleos receberam o questionário sobre as informações para subsidiar a elaboração do Plano Institucional, cujas respostas serão compiladas pelo respectivo diretor do núcleo e depois encaminhadas ao Centro de Pesquisa, com prazo até o final do mês de novembro. Por meio dos relatórios elaborados pelos núcleos, a conselheira **Sandra** observou que alguns núcleos tiveram maior facilidade com a realização das reuniões e apreciação do questionário, pois têm pesquisadores que estão mais próximos, inclusive fisicamente, sendo que outros estão mais distribuídos pelo interior do Estado. Agradeceu a conselheira **Giselda**, que apoiou a reunião do Núcleo de Restauração Ecológica e Restauração de Áreas Degradadas. A conselheira **Giselda** demandou à conselheira **Sandra** que reforce a orientação aos núcleos quanto à prioridade de rapidez nas respostas ao questionário. A conselheira **Sandra** esclareceu que emitiu uma circular para todos os diretores, prestando esclarecimentos devidos, mas que outras demandas apareceram. O **Presidente** fez algumas considerações sobre a importância das respostas ao questionário e elaboração do Plano Institucional para demonstrar a infraestrutura necessária para dar conta de todo esse potencial. Aproveitando a presença do **Coordenador Sodré**, a conselheira **Giselda** quis deixar registrado que muitos questionamentos são motivados pela falta de segurança diante de uma nova Instituição e que a ausência de respostas a questões relacionadas à falta de equipamentos, de veículos, defasagem e falta de equiparação salarial, etc., são circunstâncias que trazem grande desconforto, podendo prejudicar o futuro da nova instituição. O último ponto da pauta tratou da abrangência do Plano Institucional de Produção Científica. O **Coordenador Marcelo Sodré** inicialmente felicitou a todos e todas pela aprovação da primeira Deliberação deste Conselho. Relatou brevemente sobre seu retorno à função pública e que a preocupação com a extinção dos 3 institutos e a vontade de estruturar adequadamente o Instituto de Pesquisas Ambientais foi o que o motivou a aceitar o convite. Abordou o que julga ser a grande questão do IPA, que é "*qual a posição que o IPA deseja ocupar no espaço da pesquisa científica?*", enfatizando que a resposta a essa pergunta antecede a elaboração das diretrizes do Plano Institucional. Discorreu sobre modelos antigos de pesquisa básica ou ainda aquele com objetivo focado na obtenção de patentes, dizendo que são modelos que não se aplicam ao IPA, onde o que se busca é ter um instituto voltado à decisão de políticas públicas. Continuou dizendo que o que se espera do IPA é a construção de uma ciência para aplicação, para decisões de políticas públicas, propondo que esse seja um princípio básico. Segundo o **Coordenador Sodré**, a formulação de pesquisas públicas tem várias instâncias e em todas elas há espaço para a ciência. Nesse sentido, o que se busca é estruturar um Instituto Pesquisas com linhas fixas, para formar um Instituto de Estado e não de Governo, influenciando na tomada de decisão, na formulação das linhas de políticas públicas do Estado. Disse ainda que essa visão tem que ser debatida neste Conselho e que se pode até modificar o decreto de criação do IPA, se necessário. Ponderou que o momento é muito propício para estabelecermos as linhas gerais do Instituto,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS
CONSELHO CIENTÍFICO

227 institucionalizando a visão política do IPA por meio do Plano Institucional, considerando a
 228 presença do Subsecretário Trani e do Secretário Penido. Lembrou também que o Conselho
 229 Científico inicialmente estava ligado diretamente ao Coordenador. Todavia, diante da
 230 decisão de que o coordenador não seria necessariamente um pesquisador, entendeu-se que,
 231 para garantir a autonomia do Conselho Científico, este passaria para o DTC, sendo composto
 232 apenas por pesquisadores. Isso gerou o impasse quanto à competência do Conselho para
 233 fazer ou não a política dos 3 departamentos. O **Coordenador Sodré** citou que de acordo
 234 com o artigo 43 do Decreto, cabe ao Conselho a elaboração de diretrizes, as quais, segundo
 235 ele, são as grandes diretrizes, definindo qual é o papel do IPA. Nesse aspecto, sugeriu a
 236 elaboração de um documento técnico, definindo qual espaço o Instituto quer ocupar no
 237 universo das pesquisas. Quanto a fixar diretrizes para o Plano Institucional (inciso II do art.
 238 43 do decreto), pode-se pensar em um Plano mais amplo ou um só do DTC e, neste caso, os
 239 outros departamentos teriam que ter seus planos também. Concluiu dizendo que se todos
 240 os pesquisadores estão nos núcleos e todos os departamentos estão no Conselho, esse é o
 241 fórum com legitimidade para pensar as diretrizes para todos os departamentos. Indicou que
 242 o exercício que deve ser feito agora é a definição das diretrizes e que, em um segundo
 243 momento, o DTC pode coordenar um debate com os outros departamentos, criando um
 244 grupo de trabalho para elaborar o Plano Institucional. Orientou que para o estabelecimento
 245 das grandes diretrizes do IPA, há necessidade inicialmente de articulação com o Gabinete
 246 SIMA e, posteriormente, submeter o Plano Institucional a consulta interna e externa
 247 (exemplificando com nomes como Joly, Bucheridge, Jean Paul, etc.). O **Coordenador Sodré**
 248 disse ainda que a pergunta que mais lhe chamou a atenção no questionário elaborado para
 249 subsidiar o Plano Institucional foi a que tratou da competência que o IPA deveria ter e não
 250 tem. Ele imagina que a resposta a essa pergunta deveria estar ligada ao impacto
 251 socioeconômico dos resultados das pesquisas, competência (*para calcular esse impacto*) que
 252 o IPA ainda não tem. Nesse sentido, sugeriu que uma diretriz do IPA seja a de acoplar ao
 253 conhecimento uma dimensão dos impactos socioeconômicos das pesquisas feitas pelo IPA,
 254 ou seja, a análise econômica dos sistemas ambientais, por meio de parcerias com Institutos,
 255 Universidades, que possuem esse conhecimento/expertise, ampliando a inserção social do
 256 Instituto. Como último tópico, abordou a questão do Sistema de Gestão de Pesquisas, o qual
 257 terá que ser muito bom. O sistema de gestão das pesquisas vai dar transparência para a
 258 sociedade dos trabalhos executados pelo IPA, por meio de um sistema com diferentes níveis
 259 de acesso, além do controle interno dos recursos. O antigo sistema da COTEC tinha como
 260 objetivo principal a gestão das áreas (físicas). Entretanto, como essas áreas estão agora sob
 261 gestão da Fundação Florestal, a transparência deve ser o mais importante no novo sistema,
 262 dando segurança aos pesquisadores e à administração, liberação de recursos. Resumiu,
 263 dizendo que as diretrizes devem retratar os temas dentro dos 4 núcleos, definindo o espaço
 264 que o IPA vai ocupar. Uma segunda discussão proposta seria se há interesse em se abrir uma
 265 nova dimensão (econômico-social) no IPA, o que demandaria parcerias (USP, UNICAMP,
 266 IEA) ou ainda a criação dessa modalidade em um novo concurso. O **Presidente** agradeceu
 267 a fala do Coordenador e discorreu um pouco sobre as dificuldades encontradas no começo
 268 do IPA. Disse que a visão socioeconômica das pesquisas existe, principalmente no setor da
 269 silvicultura, mas acredita que a mesma ainda não está madura entre todos os pesquisadores.
 270 Citou o Zoneamento Ecológico Econômico como exemplo de política pública com visão
 271 socioeconômica, que utiliza indicadores de biodiversidade em todas as suas diretrizes.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E MEIO AMBIENTE
INSTITUTO DE PESQUISAS AMBIENTAIS
CONSELHO CIENTÍFICO

272 Passando a palavra à plenária para considerações, a conselheira **Célia** manifestou sua
 273 concordância com a visão do Coordenador e solicitou que seja estabelecido um cronograma
 274 e definidas as prioridades deste Conselho. A conselheira **Giselda** concordou com a visão das
 275 ciências ambientais aplicadas, o que acredita ser um nicho vago nas pesquisas, mas
 276 discordou da afirmação de que os pesquisadores do IPA não poderiam competir com
 277 aqueles das Universidades. Para tanto, sugeriu que pesquisadores jovens do IPA com
 278 interesse nessa área sejam capacitados para suprir essa lacuna, além de se criar um
 279 mecanismo de estímulos institucionais ou de valorização do pesquisador para projetos com
 280 maior aderência às diretrizes (pesquisas de interesse ou necessárias), a exemplo do que é
 281 feito na EMBRAPA. O Coordenador **Sodré** relatou que a FAPESP tem dificuldade em
 282 financiar projetos com a vertente de políticas públicas. A conselheira **Giselda** destacou que
 283 talvez falte uma orientação maior aos pesquisadores para dar esse enfoque na hora de
 284 submissão das pesquisas à FAPESP, pois, com certeza, ele já existe nas pesquisas do IPA,
 285 mas não é bem explorada nas propostas. O **Presidente** falou que a Fundação Florestal tem
 286 ocupado essa lacuna junto à FAPESP, quando, então, o coordenador **Sodré** lembrou que a
 287 Fundação Florestal tem em seu estatuto a possibilidade de fazer pesquisas e que o IPA deve
 288 buscar fazer parcerias com a Fundação Florestal. Para tanto, propôs uma conversa técnica
 289 com o diretor da Fundação Florestal, Rodrigo Levkovicz. O conselheiro **Luiz Mauro** lembrou
 290 dos 100 dias do IPA, sobre o engajamento entre os diretores na consolidação do novo
 291 Instituto. Ressaltou que a criação da capacitação *sensu lato* foi um ganho para o IPA.
 292 Informou que o conselho editorial está sendo estruturado e que todos serão chamados a
 293 opinar sobre as revistas e sobre o site. Levantou a sua preocupação com a integração
 294 necessária entre as pesquisas e as atividades dos demais departamentos. O Coordenador
 295 **Sodré** ratificou a fala do conselheiro Luiz Mauro quanto ao plano de pós-graduação
 296 repercutir as diretrizes do Plano Institucional, assim, como as publicações, etc.,
 297 consolidando o Instituto. O conselheiro **Eduardo Longui** relatou que o Departamento de
 298 Tecnologia e Inovação tem contatado muitas empresas buscando desenvolver trabalhos na
 299 linha de socioeconomia, como por exemplo com o setor de heveicultura, além de parcerias
 300 com a FUNDEPAG e a FUNDAG para prospecção de trabalhos do gênero dentro do IPA. Como
 301 encaminhamento deste item da pauta, o **Presidente** recomendou que na próxima reunião
 302 do conselho sejam apresentados os resultados dos questionários, pensando em como
 303 transformá-los nas diretrizes e que, de posse desse “autorretrato”, possamos estabelecer
 304 um cronograma mínimo para as discussões das diretrizes, considerando as consultas
 305 internas e externas. Já previu também que o GT mais amplo, com os demais Departamentos,
 306 será constituído para a elaboração do Plano Institucional. A conselheira **Célia** reforçou a
 307 necessidade do cronograma para a elaboração do Plano, realização de workshops, eventos
 308 mensais para todo o IPA, visando discutir a missão do IPA, mas só após isso levar essa
 309 discussão para as instâncias externas. A conselheira **Giselda** perguntou no *chat* sobre
 310 acesso aos periódicos da CAPES. A conselheira **Catarina** respondeu dizendo que temos
 311 acesso a alguns periódicos, mas não a todos, sendo complementada pelo conselheiro **Luiz**
 312 **Mauro**, que afirmou que apresentará a resposta na próxima reunião. O **Presidente**
 313 justificou de antemão que estará em férias na próxima reunião, que ocorrerá em 03 de
 314 dezembro. Não havendo nada mais a tratar, deu por encerrados os trabalhos. Eu, **Sandra**
 315 **Jules**, secretária deste Conselho Científico, lavrei a presente ata.



Assinaturas do documento



"Ata 4ª RO Cons Cientifico 05novembro2021"

Código para verificação: **JYZDI7GW**

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:

✓ **CATARINA CARVALHO NIEVOLA** (CPF: 085.XXX.528-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 30/05/2022 - 17:08:39 e válido até 30/05/2122 - 17:08:39.
(Assinatura do sistema)

✓ **EDUARDO LUIZ LONGUI** (CPF: 190.XXX.758-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 30/05/2022 - 12:46:10 e válido até 30/05/2122 - 12:46:10.
(Assinatura do sistema)

✓ **GISELDA DURIGAN** (CPF: 096.XXX.908-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 01/06/2022 - 10:19:47 e válido até 01/06/2122 - 10:19:47.
(Assinatura do sistema)

✓ **CELIA REGINA DE GOUVEIA SOUZA** (CPF: 072.XXX.028-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 09/09/2022 - 11:01:20 e válido até 09/09/2122 - 11:01:20.
(Assinatura do sistema)

✓ **LUIZ MAURO BARBOSA** (CPF: 718.XXX.908-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 30/05/2022 - 12:44:34 e válido até 30/05/2122 - 12:44:34.
(Assinatura do sistema)

✓ **SANDRA MONTEIRO BORGES FLORSHEIM** (CPF: 770.XXX.438-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 09:56:26 e válido até 27/05/2122 - 09:56:26.
(Assinatura do sistema)

✓ **VIVIAN TAMAKI** (CPF: 176.XXX.598-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 01/06/2022 - 09:07:40 e válido até 01/06/2122 - 09:07:40.
(Assinatura do sistema)

✓ **MARCO AURELIO NALON** (CPF: 046.XXX.918-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 09/08/2022 - 10:37:06 e válido até 09/08/2122 - 10:37:06.
(Assinatura do sistema)

✓ **"SILVANA CRISTINA PEREIRA MUNIZ DE SOUZA** (CPF: 164.XXX.738-XX)
Emitido por: "e-ambiente", emitido em 30/05/2022 - 10:11:11 e válido até 30/05/2122 - 10:11:11.
(Assinatura do sistema)



Assinaturas do documento



"Ata 4ª RO Cons Cientifico 05novembro2021"



ALEXSANDER ZAMORANO ANTUNES (CPF: 161.XXX.048-XX)

Emitido por: "e-ambiente", emitido em 27/05/2022 - 09:56:08 e válido até 27/05/2122 - 09:56:08.

(Assinatura do sistema)

Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o link

<https://e.ambiente.sp.gov.br/atendimento/conferenciaDocumentos> e informe o processo **SIMA.059555/2021-13** e o código **JYZDI7GW** ou aponte a câmera para o QR Code presente nesta página para realizar a conferência.